

Fundo Partidário terá novo critério

Senado aprova e encaminha à sanção presidencial projeto que vincula 95% dos recursos aos votos obtidos por partido na eleição para a Câmara dos Deputados. Foram acolhidas também quatro MPs e uma indicação de autoridade



Entre Papaléo, Antonio Carlos, Inácio Arruda e Garibaldi, Renan preside sessão em que os senadores discutiram longamente as novas regras para o plantio de produtos transgênicos

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que distribui a todos os partidos políticos 5% dos recursos do Fundo Partidário. Os outros 95% serão rateados na proporção dos votos obtidos na

eleição para a Câmara dos Deputados. A proposta, encaminhada à sanção presidencial, foi acolhida em sessão movimentada, na qual os senadores votaram quatro medidas provisórias, entre elas a que libera R\$ 1 bilhão para

o custeio da safra agrícola e a que autoriza a contratação temporária de 60 controladores de vôos. Os senadores também aprovaram a indicação da primeira mulher para ministra do Superior Tribunal Militar. **Páginas 3 e 4**

CCJ debate hoje redução da maioria penal

Aloizio Mercadante vai propor a instituição de grupo de trabalho para apresentar, em até 60 dias, sugestões de combate à violência. **Página 5**

Inflação baixa vai derrubar juros, diz Meirelles

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse no Senado que o controle da inflação permitirá quedas maiores dos juros. **Página 8**

Ministro descarta nova reforma da Previdência

“Nos próximos quatro a cinco anos, ninguém necessita sair correndo por aí na defesa de uma reforma da Previdência.” A afirmação foi feita ontem, em debate

no Senado, pelo ministro Nelson Machado, para quem uma futura reforma deve ser discutida com calma e sem qualquer pressão partidária. **Página 6**



Ao lado de Patrícia Saboya e Leomar Quintanilha, Nelson Machado (E) participa de audiência em comissões do Senado

Aprovada MP que regulamenta plantio de transgênicos

O Plenário aprovou ontem e enviará à sanção do presidente da República o projeto que dispõe sobre o plantio de transgênicos em unidades de conservação. A medida proíbe a pesquisa e o cultivo desses organismos nas terras indígenas e em unidades de conservação, exceto nas áreas de proteção ambiental (APAs). Senadores da base governista votaram contra a proposta. **Página 3**

Subcomissão define cronograma com a vinda de Marina Silva, do Meio Ambiente, e de Celso Amorim, das Relações Exteriores, além da realização de audiências e de seminário

Ministros virão ao Congresso falar sobre aquecimento global

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, virão expor a posição do governo brasileiro sobre as ações relacionadas ao aquecimento global, em audiência pública na Subcomissão Permanente do Aquecimento Global, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O debate sobre os impactos das mudanças climáticas foi aprovado ontem pela subcomissão. A data da reunião ainda não foi marcada, mas o presidente do colegiado, senador Renato Casagrande (PSB-ES), acredita que a audiência poderá ocorrer já na próxima semana.

Também ficou definido o cronograma inicial dos trabalhos da subcomissão. Os parlamentares



Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas deve ser reativado, diz Renato Casagrande

decidiram que irão realizar pelo menos três audiências públicas fora de Brasília. Uma delas será em São Paulo, maior centro industrial do país e, conseqüentemente, conforme avaliaram os senadores, o grande emissor de gases poluentes. Outras duas reuniões serão na região Norte,

a fim de que sejam discutidos o avanço da fronteira agrícola e as conseqüências do desmatamento promovido nas florestas para o desenvolvimento de lavouras.

Ficou determinada ainda a realização de seminário no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) sobre a matriz energética brasileira, incluindo-se no debate as fontes de energia como a solar, a eólica e até a energia nuclear. Renato Casagrande também destacou a necessidade de se fortalecer o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, coordenado pelo professor e físico Luiz Pinguelli Rosa, que está, disse o senador, "praticamente desativado". Ele anunciou a intenção de convidar o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, para apresentar pesquisas de eficiência energética conduzidas pelo órgão.

Comissão de Relações Exteriores convidará Al Gore para debate

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore será convidado a participar de reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para falar sobre o aquecimento global e as suas repercussões nas relações internacionais. Requerimento nesse sentido, do senador Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado ontem pela comissão.

Collor salientou que Al Gore se tornou uma pessoa "mundialmen-

te reconhecida" por sua defesa do meio ambiente. No último domingo, o filme Uma verdade inconveniente, estrelado por Al Gore, recebeu o Oscar de melhor documentário.

A CRE também acolheu ontem a criação da Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas, a exemplo do que já havia feito a Comissão de Meio Ambiente. O novo colegiado será presidido por Fernando Collor e deverá



Fernando Collor irá presidir Subcomissão Permanente de Mudanças Climáticas

reforçar iniciativas de combate ao aquecimento global e formular normas para o desenvolvimento das políticas públicas.

Frente Ambientalista lança DVD do filme *Uma verdade inconveniente*

A Frente Parlamentar Ambientalista, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, lançou ontem, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, o DVD Uma verdade inconveniente, premiado com o Oscar 2007 nas categorias melhor documentário e melhor canção. O filme, apresentado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, mostra de maneira didática como a emissão de dióxido de carbono provocada por seres humanos está alterando o clima do planeta de forma tão alarmante que, se nada for feito, corremos o risco de iminente catástrofe global.

Após a exibição do filme e de um curta-metragem institucional, da organização não-governamental Greenpeace, sobre o aquecimento global, houve debate com a presença de parlamentares e di-

retores de ONGs ambientalistas. Segundo o coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA), o Brasil é considerado hoje o quarto maior responsável pela emissão de gases geradores do efeito estufa, e isso se dá principalmente por causa das queimadas e do desmatamento.

– Não poderia o Congresso influenciar o governo para que um maciço investimento fosse feito para a recuperação de áreas degradadas? – indagou o deputado.

A Frente Parlamentar Ambientalista foi lançada em 14 de fevereiro de 2007 com o objetivo de apoiar políticas públicas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável. Com o lançamento do DVD, 32 senadores aderiram à frente, que já contava com 261 deputados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Incentivo fiscal para empresas

A Comissão de Educação (CE) tem reunião marcada para as 10h. Entre os projetos em pauta está o que estabelece incentivo fiscal a empresas que investem em pesquisas científicas e tecnológicas.

Maioridade penal em pauta

Às 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se para debater pauta de sete itens. Entre eles, a proposta de emenda à Constituição que altera para 16 anos a maioridade penal. Também será votada proposição que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.

Benefício a domésticos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h30 para discutir e votar pauta de nove itens. Entre os projetos a serem analisados está o que garante ao empregado doméstico o direito ao salário-família.

Pedido de auditoria

A sessão é deliberativa e tem início às 14h. Na pauta, requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicita ao Tribunal de Contas da União realização de auditoria nas loterias da Caixa Econômica Federal para verificar lavagem de dinheiro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Papaléo Paes



Marco Maciel propõe que nova entidade da ONU fique no Brasil

Maciel sugere órgão ambiental para o continente

O senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu ontem que a Organização das Nações Unidas (ONU) crie um organismo próprio para tratar da questão ambiental na América do Sul e o Brasil seja escolhido para sediá-lo. O parlamentar acredita que o país reúne condições para isso, tendo em vista sua participação crescente em defesa do meio ambiente, sobretudo após ter sediado, em 1992, a Rio-92 – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

A providência, segundo Marco Maciel, seria aconselhável tendo em vista as mudanças climáticas anunciadas recentemente pelo relatório do IV Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), realizado em Paris, França.

– Hoje podemos dizer, sem medo de errar, que a questão ecológica é um problema mundial – disse o senador.

Maciel recordou que, já à época da Rio-92, foram estabelecidas as bases das responsabilidades comuns e específicas de cada país sobre as mudanças climáticas globais e que o Brasil exerceu “protagonismo considerável” ao implementar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Ele salientou a necessidade de reflexão profunda sobre as alterações climáticas e suas conseqüências, considerando-se o aumento significativo da temperatura do planeta e do nível do mar, que já estão ocorrendo em escala progressiva e irão aumentar significativamente neste e no próximo século.

Aprovadas regras para plantio de transgênicos em áreas de proteção

O plantio de transgênicos poderá ser realizado em áreas de proteção ambiental e nas faixas que circundam as demais modalidades de unidades de conservação. É o que determina o projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Proveniente da Medida Provisória 327/06, o texto (PLV 29/06) foi alterado pelos deputados que, entre outras modificações, incluíram autorização para a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificados.

O projeto, que impede a pesquisa e o cultivo de transgênicos em terras indígenas, estabelece regras para o plantio dos organismos geneticamente modificados nas áreas em torno das unidades de conservação, até que seja fixada sua zona de amortecimento e aprovado seu respectivo plano de manejo.

A proposição modifica a lei que trata dos organismos geneticamente modificados (Lei 11.105/05) para permitir que as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sejam tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta – 14 votos dos seus 27 membros. Atualmente são necessários os votos de dois terços dos integrantes da CTNBio.

O relator-revisor da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ofereceu parecer favorável à matéria.

Reforço de R\$ 1 bi para ajudar safra e garantir preços mínimos

A abertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 1 bilhão para financiamento da safra 2006/2007 e garantia dos preços mínimos é o que estabelece a Medida Provisória 326/06, aprovada ontem pelos senadores. De acordo com a proposição, que agora será promulgada, o dinheiro tem origem no superávit fiscal de 2005.

A relatora, senadora Kátia Abreu (PFL-TO), disse que o crédito vai permitir minimizar os prejuízos dos agricultores na safras de 2003, 2004, 2005 e 2006. Ela assinalou que a crise no setor teve vários agravantes, como os preços internacionais das commodities e a política de câmbio determinada pelo governo federal, que fez com que o produtor rural plantasse com um preço do dólar e vendesse a safra com um dólar mais desvalorizado.

– Essa política de câmbio foi boa para alguns setores, mas para os produtores rurais foi fatal – afirmou.

José Agripino (RN), líder do PFL, e Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciaram que seus partidos votariam sistematicamente contra toda medida provisória que abra créditos extraordinários. Agripino observou que, para esse fim, existe um expediente melhor e mais eficiente que é o envio ao Congresso de projeto de lei em regime de urgência constitucional.



Plenário acolheu emendas da Câmara dos Deputados

Ele defendeu as mudanças apresentadas pelos deputados e explicou as condições para a comercialização das fibras de algodoeiros geneticamente modificados.

– A utilização dos caroços para produção de biodiesel deverá ser precedida de informação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ocasião em que o detentor do produto deverá informar a quantidade que será utilizada e o local de proces-

samento. A biomassa, resultante da produção de biodiesel, deverá ser destruída – esclareceu.

Aloizio Mercadante (PT-SP) manifestou posição contrária às emendas da Câmara e alertou para a utilização do algodão transgênico que “está sendo comercializado sem autorização da CTNBio”.

Para Osmar Dias (PDT-PR), José Agripino (PFL-RN) e Kátia Abreu (PFL-TO), impedir os cultivos transgênicos representa andar “na contramão da história”.

– Será a morte dos produtores rurais do país se nós não conseguirmos viabilizar e aprovar o algodão transgênico – afirmou Kátia Abreu. Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Marconi Perillo (PSDB-GO) também manifestaram apoio ao relatório de Delcídio.

Em posição contrária, os senadores José Nery (PSOL-PA) e Sibá Machado (PT-AC) condenaram o lobby de empresas transnacionais e a pressão sobre o Congresso por parte de agricultores que plantaram produtos transgênicos de forma ilegal. Serys Slhessarenko (PT-MT) também condenou as emendas apresentadas na Câmara para autorização da venda de algodão geneticamente modificado. A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), liberou a bancada para votar conforme sua preferência. A matéria segue para sanção presidencial.

Mais recursos para financiar a construção de usina hidrelétrica

Medida provisória assinada no fim do ano passado que abre crédito extraordinário ao Orçamento de 2006 no valor total de R\$ 106,7 milhões, em favor de empresas do grupo Eletrobrás, também recebeu na noite de ontem a aprovação do Plenário.

A MP foi defendida pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), e Aloizio Mercadante (PT-SP), por se tratar de investimentos em usinas hidrelétricas. Mas parlamentares da oposição, como Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN), pediram a rejeição da matéria.

Antes da votação da medida (MP 330/06), Antonio Carlos criticou o governo federal, ao declarar que esse crédito extraordinário já havia sido utilizado. “Já gastaram todo o dinheiro e agora nós vamos aprovar o crédito?”, questionou ele.

Romero Jucá contestou, afirmando que os recursos ainda não foram gastos, apesar de já estarem empenhados. E Mercadante disse que era necessário aprovar a MP devido à importância das hidrelétricas em questão e porque “os investimentos no setor elétrico estão atrasados”. O líder do PFL, José Agripino, que concordou com Antonio Carlos, cobrou um marco regulatório para o setor hidrelétrico.

MP de controle do voo passa no Plenário

Na sessão de ontem, os senadores também aprovaram o projeto de lei de conversão proveniente da medida provisória que autoriza o Ministério da Defesa a contratar temporariamente até 60 controladores de voo por dois anos, prorrogáveis por mais dois.

A medida (MP 329/06) foi editada para conter a crise no tráfego aéreo aberta com o choque entre um Boeing da Gol e um jato Legacy de uma empresa norte-americana, em 29 de setembro do ano passado, e que matou 154 pessoas.

O projeto (PLV 30/06), acolhido sem emendas, e com parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA), só foi discutido por senadores da oposição, que recomendaram a aprovação, apesar de fazer críticas à política do governo federal para o setor aéreo e à própria edição da medida provisória.

Acolhido nome da primeira mulher para STM

Com 54 votos favoráveis e 7 contrários, o Plenário aprovou ontem a indicação de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha para o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga do ministro Antonio Carlos de Nogueira, que se aposentou no fim do ano passado. Ela será a primeira mulher a integrar aquela corte.

Os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Aloizio Mercadante (PT-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiaram as qualidades de Maria Elizabeth, cuja indicação fora acolhida por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maria Elizabeth é subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.



Comissão de Meio Ambiente também quer discutir mudanças no Código Florestal

Audiência vai debater comercialização do pão francês

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) irá promover audiência pública para debater formas de comercialização do pão francês.

O colegiado aprovou requerimento de Sibá Machado (PT-AC) para realizar a reunião, que irá instruir projeto de lei autorizando a venda do pão de sal tanto por

peso quanto por unidades de 50 gramas, de acordo com a escolha do consumidor.

Desde outubro de 2006, a venda do pão francês é feita apenas por peso. A proposta (PLS 294/06), de autoria de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já recebeu parecer favorável de Heráclito Fortes (PFL-PI) e terá decisão terminativa na CMA.

Outro requerimento de Sibá Machado acatado ontem na comissão prevê audiência sobre projeto de lei de Alvaro Dias (PSDB-PR) destinado a alterar a legislação que instituiu o Código Florestal. A proposição (PLS 158/02) prevê que, nas propriedades rurais, a área de preservação permanente seja incluída no cálculo da reserva legal.

Mão Santa quer incluir no PAC obras inacabadas do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao senador Tião Viana (PT-AC) que o ajude a interceder junto ao governo federal para que algumas obras inacabadas no Piauí sejam incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entre outras, ele pediu a conclusão do Porto de Luís Correia; da estrada de ferro ligando os municípios de Teresina, Parnaíba e Luís Correia; e da Ponte do Sesquicentenário, sobre o rio Poti. A ponte deveria ter sido inaugurada há quatro anos, quando a capital piauiense completou 150 anos.

– Quería ao menos que o presidente Lula agradecesse ao estado que o consagrou nas urnas, cujo governante é do PT. Quería que o tão sonhado e propagandeado PAC incluísse obras que, com certeza, tirariam o Piauí da decepção que sentimos hoje diante deste governo – afirmou Mão Santa.

Outro assunto abordado foi a previsão de que o Brasil deverá repetir, em 2006, o penúltimo lugar no ranking de crescimento econômico da América Latina. O país só deverá ficar à frente do Haiti. Os comentários foram feitos baseados em estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), citados pelo jornal O Globo, em matéria publicada na edição de ontem. O senador disse ainda que não apenas a economia brasileira vai mal, mas também a educação, a saúde e a segurança pública.

Senado aprova novo critério para o Fundo Partidário

Pelo texto, que vai à sanção, 95% dos recursos do fundo serão distribuídos na proporção dos votos obtidos por partido na última eleição para a Câmara dos Deputados

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados que estabelece novos critérios para a distribuição do Fundo Partidário. Pelo texto, 5% dos recursos do fundo serão destinados de forma igualitária a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os outros 95% serão distribuídos na proporção dos votos obtidos por partido na última eleição para a Câmara.

O projeto (PLC 7/07) – que altera a Lei 9.096/95 e foi aprovado na Câmara no último dia 15 – segue, agora, à sanção presidencial. A

proposição foi uma resposta dos grandes partidos a uma decisão do TSE, proferida no início do mês, pela qual os recursos gerais a serem distribuídos a todos os partidos registrados seriam de 42% do fundo. O valor anterior à mudança era de 1%. Por tramitar em regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi dado em Plenário pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). A rapidez na votação da matéria pelo Senado gerou protestos dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Nery (PSOL-PA), todos contrários

a sua aprovação.

– Querem criar um condomínio para os grandes partidos dividirem os recursos públicos e se perpetuem no poder? – indagou Crivella.

Além de Heráclito, manifestaram-se favoráveis ao PLC 7/07 Wellington Salgado (PMDB-MG), Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC). Wellington afirmou que os repasses do fundo devem ser compatíveis com o tamanho dos partidos, enquanto Casagrande e Ideli disseram considerar legítimo que o repasse da maior parte das verbas esteja atrelado ao critério do voto popular.



Marcelo Crivella propõe laudo obrigatório para evitar tragédias

Crivella pede nova regra para prédios antigos

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) propôs ontem que a legislação exija dos proprietários a análise técnica das estruturas dos prédios construídos há mais de 20 anos, de modo a comprovar a integridade desses edifícios. Para não serem interditados, os prédios devem obter laudo de profissionais habilitados para esse exame.

A idéia do senador é evitar tragédias como a ocorrida com o desabamento da marquise do Hotel Canadá, no Rio de Janeiro, que desmoronou na última segunda-feira, levando duas pessoas à morte.

Marcelo Crivella anunciou que irá apresentar requerimento à Mesa pedindo que sejam realizadas audiências públicas com o fim de discutir as mudanças necessárias na legislação.

– Os prédios das áreas metropolitanas estão envelhecendo, e algo tem de ser feito para verificar a sua sanidade estrutural – advertiu o parlamentar.



Plenário acata proposta para que 5% dos recursos do fundo sejam destinados de forma igualitária a todos os partidos registrados no TSE

Suplicy explica assessoria prestada por economista

No encerramento da sessão ordinária de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) respondeu a matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo segundo a qual o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, indicado representante do Brasil e de mais oito países da América Latina para o Fundo Monetário Internacional (FMI), “tem cargo no gabinete do senador, mas não trabalha no gabinete nem em

algum escritório do senador em São Paulo”. Suplicy reafirmou o que disse ter explicado ao jornal.

– O economista trabalha no próprio escritório e na sua residência, mas trabalha comigo – enfatizou, ao frisar a importância do trabalho técnico de Paulo Nogueira Batista.

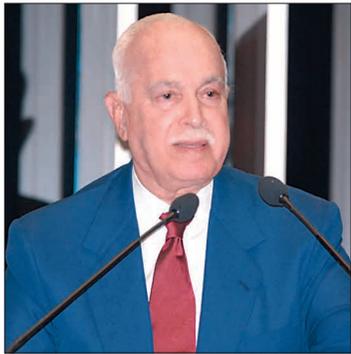
O senador afirmou que foi a Plenário esclarecer o caso para preservar a transparência dos atos do seu gabinete.



Suplicy diz que Paulo Nogueira Batista é seu assessor, “mas trabalha no próprio escritório”



Mão Santa pede que Tião Viana interceda junto ao governo para conclusão de obras



ACM diz que programas sociais não devem perpetuar dependência do Estado

Antonio Carlos critica programas do governo Lula

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) acusou o governo Lula de desvirtuar a concessão de benefícios sociais. O senador disse que há jovens recusando ofertas de empregos com carteira assinada na zona rural do Nordeste, por medo de perder o direito ao Bolsa-Família ou a aposentadoria em regime especial.

– Não crítico a aposentadoria especial, mas o mau uso que o governo faz de um instrumento que deveria ser de inclusão social.

Para ACM, os programas devem ser aperfeiçoados permanentemente, já que não têm por objetivo perpetuar a dependência do cidadão em relação ao Estado.



Políticas monetária e cambial impedem criação de novos empregos, diz Osmar Dias

Osmar Dias defende crescimento com geração de empregos

Segundo Osmar Dias (PDT-PR), se o governo não fizer uma revisão profunda da sua política monetária, o Brasil não crescerá o suficiente para absorver o imenso contingente de jovens que tenta ingressar no mercado de trabalho e não consegue. O senador disse que, embora estejam sendo criados empregos em quantidade razoável, não há geração de empregos de qualidade, que exigem qualificação, porque o setor produtivo não consegue uma margem de lucro que permita o avanço tecnológico e a melhoria das empresas nacionais.

Antecipação da maioria penal divide opiniões de senadores; proposta será discutida hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Mercadante vai propor comissão para debater combate à violência

Após reunião entre líderes e outros senadores no gabinete do presidente do Senado, na tarde de ontem, Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou que vai apresentar voto em separado contra a redução da maioria penal, sugerindo o adiamento da votação sobre o tema. Ele o fará hoje, quando serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) as seis propostas de emenda à Constituição que visam reduzir a idade da imputabilidade penal, fixada em 18 anos. O substitutivo do relator, Demostenes Torres (PFL-GO), é favorável à antecipação da maioria penal para 16 anos.

Presidente da Comissão de



Mercadante anunciou proposta depois de se reunir com senadores

Assuntos Econômicos (CAE), Mercadante afirmou que encaminhará, a partir de acordo construído com vários senadores, como Renan Calheiros (PMDB-AL),

Camata quer pressa na votação de projetos

“Que o martírio, o esgarçamento e o sangue inocente derramado do jovem João Hélio produza algum fruto para o povo brasileiro”, desabafou Gerson Camata (PMDB-ES) ao cobrar pressa na tramitação da proposta de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC 5/07) e dos diversos projetos que reduzem a maioria penal.

João Hélio Fernandes, citado por Camata, é o menino de seis anos que morreu ao ser arrastado por um carro no Rio de Janeiro. Camata disse ainda que o Congresso deveria aceitar a proposta do governador do Rio, Sérgio Cabral Filho, e repassar para as assembleias legislativas a competência para modificar a legislação penal.



Camata: “Que o martírio de João Hélio produza algum fruto para o povo”



Almeida Lima prega a reforma do Estado para restabelecer equilíbrio federativo

Almeida Lima: estados podem ter legislação penal

Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu ontem a proposta de descentralização da competência para legislar sobre direito penal, modificando a Constituição e retirando a exclusividade da União sobre a matéria.

Para o senador, a legislação penal não é um direito específico da União. Almeida Lima citou como exemplo os Estados Unidos, que, como o Brasil, são uma federação, onde os estados têm autonomia para legislar sobre vários assuntos e não apenas o penal.

O representante de Sergipe lembrou que em 2003 já havia apresentado proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o mesmo tema e, desde então, vem pregando a reforma do Estado brasileiro como forma de restabelecer o equilíbrio federativo.

Patrícia Saboya (PSB-CE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e o próprio Demostenes, a constituição de um grupo de trabalho ou uma subcomissão para apresentar, num prazo máximo de 60 dias, um conjunto de sugestões para combater a violência, que será encaminhado aos Poderes Executivo, Judiciário e ao próprio Legislativo.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse acreditar ser “um erro” adiar a decisão, mas acrescentou que a deliberação caberá à CCJ.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu o entendimento para ampliar o debate sobre a violência.

Tuma vê risco na delegação de competência

Para Romeu Tuma (PFL-SP), é arriscado delegar aos estados a competência para legislar sobre a questão penal. O senador citou como exemplo os problemas que ocorreriam no caso da fixação da maioria penal: um estado poderia punir o menor entre 16 e 18 anos e outro não, o que poderia levar a uma migração de infratores do estado que pune para o que não pune.

Na opinião de Tuma, os estados devem concentrar esforços na criação de empregos e na melhoria de suas próprias forças policiais e do sistema carcerário. O senador também colocou em dúvida a eficiência do emprego da Força Nacional nos estados. Segundo ele, os governadores deveriam receber recursos do governo federal para capacitar as polícias estaduais.



Estados devem receber recursos para capacitar polícias, diz Romeu Tuma



Jucá: alvará é resultado de negociações entre garimpeiros e Vale do Rio Doce

Jucá anuncia acordo para pesquisas em Serra Pelada

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou a volta dos garimpeiros a Serra Pelada, no Pará, agora regularizados por alvará deferido ontem pelo Ministério de Minas e Energia. O acordo atendeu a negociações entre a Companhia Vale do Rio Doce e uma cooperativa de garimpeiros.

– Foi lavrada uma cessão de direitos do terreno da Vale do Rio Doce, permitindo a pesquisa no local – comemorou.

Jucá lembrou que Edison Lobão (PFL-MA) é autor de projeto já aprovado no Congresso versando sobre o assunto e elogiou o empenho de João Ribeiro (PR-TO) para conseguir o acordo.



João Ribeiro pede aprovação pela Câmara do projeto do Estatuto dos Garimpeiros

Ribeiro comemora reabertura de área de mineração

João Ribeiro (PR-TO) pediu pressa na aprovação do projeto sobre o Estatuto dos Garimpeiros pela Câmara. A formalização de acordo entre o Ministério de Minas e Energia, a Companhia Vale do Rio Doce e garimpeiros de Serra Pelada para regularizar a exploração de uma área de garimpo de 85,11 hectares na região foi comemorada pelo senador.

A mineração em Serra Pelada está suspensa desde 1992. Conforme a Agência Brasil, esse acordo não reativa o garimpo, mas libera a área para mineração por métodos industriais.

Para ministro, país precisa superar os desafios da área educacional se quiser compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento

Haddad afirma que futuro do Brasil depende da educação

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou ontem, em audiência pública, que o futuro do Brasil depende dos rumos da educação. Ele disse que o país precisa superar os desafios da área educacional se quiser compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento.

—Temos um desafio enorme pela frente na qualidade da educação básica: refiro-me, principalmente, às creches e da 5ª à 8ª série. Um outro grande desafio é a ampliação do acesso da população ao ensino superior.

Convidado pela Comissão de Educação (CE) a prestar esclarecimentos sobre o fraco desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), nos últimos dois anos, o ministro explicou que os dados divulgados foram mal compreendidos pela imprensa em geral.

Segundo Haddad, a queda na média dos alunos da 8ª série, com base nos exames aplicados em 2005, era esperada, pois reflete um ensino deficitário que teve início muito antes, de 1995 a 2001,



Ao lado de Cristovam (E), Haddad diz que dados sobre Enem foram mal interpretados

quando esses alunos estavam nas etapas iniciais.

— É muito difícil recuperar nos anos finais do ensino fundamental um movimento de queda que teve início nas etapas iniciais — explicou, para acrescentar que está havendo melhora no desempenho desses estudantes.

Quanto ao Enem, a interpretação da imprensa foi, conforme o ministro, “tecnicamente equivocada”, por comparar exames de um ano com o de outro. Ele disse que esse exame não “carrega memória”, como o Saeb, e portanto não é possível esse tipo

de comparação.

Ao fazer uma análise sobre o impacto do Fundeb — fundo para desenvolvimento da educação básica —, destacou que haverá, a partir deste ano, um aporte maior de recursos para os municípios, que deverão receber dos estados R\$ 9,2 bilhões, ou seja, R\$ 1,1 bilhão a mais do que em 2006.

Haddad informou que entregará ao presidente Lula cópia de uma carta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), endereçada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, com propostas para melhorar a educação no Brasil.

Senadores apontam medidas para melhorar a qualidade do ensino

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), autora do requerimento para realização da audiência pública, afirmou, durante os debates, que a educação é a solução para reduzir os índices de violência no país. Ela lembrou os recentes episódios ocorridos no Rio de Janeiro e disse que a população tem feito “um link entre falta de educação e violência”. Defendeu a necessidade de a criança ficar mais tempo na escola, bem como de melhores salários para os professores e um ensino de qualidade.

Já Ideli Salvatti (PT-SC) assinalou que é preciso montar um sistema de incentivo às escolas, com base nas avaliações do Saeb e do Enem. Quanto ao papel da educação na redução dos índices de violência, a parlamentar destacou a importância de se discutir a função das escolas e dos professores nesse contexto,

principalmente nas regiões de maior conflito.

Na opinião de Flávio Arns (PT-PR), “lugar de criança não é na escola, mas sim no Orçamento, pois, se a criança estiver no Orçamento, vai poder ir para a escola”. Augusto Botelho (PT-RR) apontou o grande número de professores sem formação superior no Brasil, enquanto Pápaléo Paes (PSDB-AP) pregou a necessidade de o governo federal rever seus programas assistenciais na área educacional, que se tornaram, segundo ele, moeda de barganha em troca de votos na última eleição.

Para o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF), é preciso fazer uma revolução na área educacional. Ele disse concordar com a avaliação de que houve aumento no acesso de crianças brasileiras à escola, mas não aumento na cobertura



Marisa Serrano vê educação como saída para reduzir criminalidade

da educação.

“PAC da Educação”

Os senadores da CE decidiram encaminhar a Renan Calheiros pedido para que autorize a inclusão, no site do Senado, de documento distribuído por Cristovam com propostas para melhorar a educação. A sugestão foi feita por Wellington Salgado (PMDB-MG), que chamou o documento de “PAC da Educação”.

Garibaldi Alves (PMDB-RN), Cícero Lucena (PSDB-PB), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também participaram do debate.

Nelson Machado não vê necessidade de reforma imediata na Previdência

A possibilidade imediata de uma ampla reforma no sistema previdenciário brasileiro foi descartada ontem pelo ministro da Previdência Social, Nelson Machado, durante reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele afirmou que o governo está corrigindo distorções acumuladas ao longo dos anos e implementando ações saneadoras no sentido de combater as fraudes e o desperdício. Além disso, segundo o ministro, o Executivo vem fazendo uma melhor fiscalização, com reflexos positivos na arrecadação.

— Nos próximos quatro a cinco anos, ninguém necessita sair correndo por aí na defesa de uma reforma na Previdência. Mas temos a devida consciência de que uma futura reforma deve ser discutida com calma e sem qualquer pressão partidária, a fim de que se possa montar no país um modelo previdenciário justo e sustentável, no qual sejam respeitados todos os direitos adquiridos pelos trabalhadores — sustentou o ministro. Ele disse que “a previdência pública solidária, como a praticada no país, não vai quebrar”.

Aposentadoria

Autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública sobre o papel do Parlamento no Fórum Nacional da Previdência Social, o senador Paulo Paim (PT-RS) argumentou ser chegado o momento de se enfrentar um fator considerado preponderante em qualquer sistema previdenciário: a idade mínima para aposentadoria. Paim defendeu o fim do chamado fator previdenciário e voltou a garantir que não há déficit na Previdência Social brasileira.

A presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria, em tramitação na CDH, que estende de quatro para seis meses a licen-

ça-maternidade. Segundo ela, está provado que a amamentação pelo período de seis meses é essencial para que a criança tenha melhores condições físicas, mentais e intelectuais. Em resposta, o ministro informou que está aberto ao diálogo e pediu à senadora que envie a ele o teor do projeto.

Benefícios suspensos

Nelson Machado previu que, a partir de abril, inúmeros segurados, especialmente os idosos que recebem aposentadoria, poderão ter o benefício suspenso. O motivo é que o censo previdenciário — colocado em prática, segundo ele, para evitar fraudes — detectou que beneficiários não apresentaram, conforme solicitado, a atualização de endereço.

O ministro observou, entretanto, que os mais idosos podem atualizar o endereço nos postos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por meio de um procurador. Feito isso, assinalou, a situação será normalizada dentro de dez a 15 dias. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que a atualização do endereço seja feita no banco onde o aposentado recebe o benefício.

Quanto ao auxílio-doença, Nelson Machado defendeu a adoção de um teto para sua concessão. É que em muitas situações, revelou, trabalhadores recebem mais quando se encontram amparados pelo benefício. Ele afirmou que as filas nas agências da Previdência vêm diminuindo, em virtude da ampliação do horário de atendimento ao usuário. Além disso, lembrou, a informatização de agências permitiu que o segurado passasse a ser atendido com hora marcada.

Participando dos debates, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou preocupação com o endividamento da maioria dos municípios junto à Previdência Social. O senador defendeu limites para o endividamento municipal, a exemplo do que já ocorre com os estados.



Leomar Quintanilha e Patrícia Saboya acompanham exposição de Nelson Machado (E)



Ideli: "O verdadeiro déficit da Previdência são os trabalhadores excluídos do sistema"

Ideli comenta debates sobre educação e previdência realizados no Senado

As audiências públicas realizadas ontem pelas comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH) foram comentadas ontem em Plenário por Ideli Salvatti (PT-SC).

A senadora avaliou os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica

(Saeb), debatidos pela CE. Ideli comemorou o fato de os melhores resultados do Saeb terem sido registrados em municípios menores e mais pobres.

Dos 2,5 milhões de estudantes que responderam ao questionário socioeconômico do Enem, acrescentou Ideli, 70% disseram ver esse exame como uma chance maior de entrar na

universidade.

Em relação à Previdência Social, tema da audiência conjunta da CAS e da CDH, a parlamentar defendeu a nova forma de cálculo do déficit previdenciário, que isentaria o trabalhador de responsabilidade por desequilíbrios nas contas do setor. Para Ideli, "não é justo que se debite ao trabalhador aquilo que, na essência, não é

previdenciário", como benefícios de assistência social concedidos, por exemplo, a portadores de deficiência e idosos carentes.

Ainda sobre o assunto, Ideli elogiou a edição do "decreto da inclusão social" pelo presidente Lula, que reduz de 20% para 11% a alíquota previdenciária para trabalhadores de baixa renda excluídos do sistema.

Paim comemora boas expectativas para a safra gaúcha

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a expectativa de melhoria das condições do agronegócio no Rio Grande do Sul em 2007, em especial da safra de grãos. Segundo o senador, somente a exportação de soja poderá alcançar 10 milhões de toneladas, o que representará aumento de renda também nos setores de comércio, serviço, indústria e insumos do estado.

– Calcula-se que cada dólar gerado na agricultura represente três dólares nos segmentos ditos indiretos – salientou.

Paim registrou a 17ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, um ato simbólico que ocorre anualmente no Rio Grande do Sul, maior produtor de arroz do país. Ele informou que o setor emprega mais de 200 mil pessoas, da lavoura à indústria. Também destacou que o Rio Grande do Sul foi o estado escolhido pelo Ministério da Integração Nacional para abrigar o projeto piloto do programa Proágua Nacional.

Previdência

O senador manifestou ainda sua satisfação com a declaração do ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado – feita ontem durante audiência pública que discutiu o Fórum Nacional de Previdência Social –, de que a Previdência não é deficitária nem está falida. "O ministro fez a devida distinção entre a assistência social da Previdência e seu sistema contributivo", explicou.



Paim elogia ministro por declaração de que a Previdência não é deficitária

Mozarildo propõe redivisão territorial da Amazônia

Senador diz que o "tamanho gigantesco" do Amazonas e do Pará faz com que a região amazônica fique em desvantagem na repartição dos tributos entre os estados

A redivisão territorial da Amazônia, de modo que um maior número de estados possa levar mais recursos para a região, foi proposta por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador reivindicou também a transferência das terras de Roraima em poder do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para os produtores rurais.

– Somos extremamente prejudicados pela recusa da União em nos emancipar, e pelo carreamento da maior parte dos recursos para o Sudeste – disse o senador, com o apoio de Augusto Botelho (PT-RR) e Jayme Campos (PFL-MT).

Na opinião de Mozarildo, "o



Mozarildo reivindica transferência de terras em poder do Incra para produtores

tamanho gigantesco dos estados do Amazonas e do Pará – equivalentes a vários estados do Sul e do Sudeste juntos – deixa a região

Fotos: Rosswell Pinheiro

amazônica em desvantagem na divisão do bolo de tributos. Uma mudança desse quadro dependeria do Poder Legislativo".

Já o problema imediato das terras em poder da União deveria ser objeto de política a ser implementada pelo governo federal, no entender do parlamentar. Ele aguarda decisão da Justiça acerca de ações movidas para resolver o "conflito federativo".

– Os produtores rurais vivem inseguros sobre se terão a propriedade das terras em que estão plantando – afirmou.

Segundo Mozarildo, a questão fundiária atrapalha o desempenho econômico de Roraima.



Borges critica manifestação de Jaques Wagner a favor da transposição de águas

César Borges quer revitalização da bacia do São Francisco

César Borges (PFL-BA) criticou o governo federal e o governador da Bahia, Jaques Wagner, por defenderem a transposição de águas do rio São Francisco. O senador sugere, em vez da transposição, a revitalização da bacia.

– Agora, lamentavelmente, o governo federal insiste em dizer que terá R\$ 6 bilhões para realizar uma obra malfadada, que encontra oposição não só na Bahia, mas também em Alagoas e Sergipe.

O senador declarou que Jaques Wagner atua como "defensor das iniciativas do presidente Lula, sentindo-se talvez no papel de articulador das ações do governo federal no Nordeste". De acordo com César Borges, o governador Marcelo Déda (SE), apesar de ser do PT, é contra a transposição.

O parlamentar lembrou a greve de fome realizada em 2005 por dom Luiz Flávio Cappio, quando o religioso explicou que o projeto "elevaria o custo da água disponível e estabeleceria o mercado da água", além de "justificar, equivocadamente, um Nordeste setentrional separado do todo".

Contingenciamento

César Borges também criticou o contingenciamento de recursos anunciado recentemente pelo governo federal, no montante de R\$ 16,4 bilhões. Segundo o senador, isso implica a retenção de verbas que seriam gastas em itens previstos no Orçamento, como é o caso dos investimentos.

Sibá elogia o lema da Campanha da Fraternidade

O lema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2007, "Amazônia e Fraternidade – vida e missão neste chão", mereceu elogios do senador Sibá Machado (PT-AC). Para ele, a CNBB teve o mérito de chamar a atenção para os problemas econômicos, sociais e ambientais do povo amazônico.

– Esta é uma ocasião ímpar para discutir as dificuldades da maior região do país: a exploração predatória, os conflitos agrários, o desrespeito às populações indígenas e o desmatamento – disse.

Sibá comentou ainda sua visita à Antártica a convite da Marinha. Ele elogiou a pesquisa brasileira na região e frisou estar preocupado com o fato de alguns países almejem ter hegemonia sobre a Antártica.



A CNBB propõe que a sociedade conheça melhor a realidade da Amazônia, diz Sibá

Gilvam cobra transferência de terras para o Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que apenas 11% da área territorial do Amapá (cerca de 1,6 milhão de hectares) estão em nome do estado, e o restante continua como propriedade da União.

– O próprio presidente Lula já se comprometeu a realizar a doação das terras. O Amapá cobra a urgência, cobra o compromisso, cobra a necessidade.

O senador lembrou que o Amapá teve origem em 1943, quando partes do Pará foram transformadas em um território. Com a Constituição de 1988, ele foi alçado à categoria de estado. De acordo com o senador, a "desorganização territorial" prejudica principalmente o desenvolvimento da agricultura na região, devido à falta de definição da titulação das terras.

Gilvam explica que apenas 11% da área do Amapá estão em nome do estado

Em audiência na CAE, governistas cobram queda mais rápida da taxa Selic. Já senadores da oposição elogiam o Banco Central, mas criticam gastos do governo e queda do dólar

Inflação sob controle derrubará taxa de juros, afirma Meirelles

A política de metas de inflação conduzida pelo Banco Central (BC) está correta, mas existe espaço para uma redução mais rápida da taxa básica de juros. Foi o que observaram senadores da base governista ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em audiência realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em resposta, Meirelles afirmou que o controle inflacionário permitirá quedas maiores dos juros. Senadores opositoristas elogiaram a atuação da instituição, mas criticaram a política cambial, a “inércia” do governo e o descontrole dos gastos públicos.

O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), foi o primeiro a cobrar de Meirelles uma atuação menos conservadora do BC na questão dos juros. Favorável a uma maior redução das taxas, o senador observou que a inflação tem ficado abaixo das expectativas nos últimos dez meses, o risco país está abaixo dos 200 pontos, as reservas cambiais alcançaram patamar significativo e o cenário internacional é favorável.

– Tem espaço para a taxa Selic cair – opinou Mercadante.

Meirelles reconheceu que os juros no Brasil ainda estão em patamar mais alto do que a maioria dos países com regime de metas, mas salientou que a queda tem sido consistente. Para Meirelles,



Meirelles fala em audiência presidida por Mercadante

o que dificulta agora o crescimento do país não é propriamente a inflação ou os juros, mas outros problemas que serão atacados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), o BC não poderia fazer nada muito diferente do que vem sendo praticado na política monetária. Se o país não cresce, afirmou, a causa seria a “inércia e falta de capacidade operacional do governo”.

Já Osmar Dias (PDT-PR) manifestou preocupação com a crescente valorização do real perante o dólar. Meirelles, em resposta, mostrou sua confiança no regime de livre flutuação do câmbio. Outros países, observou,

tentaram controlar o câmbio, mas esse tipo de política teria se mostrado inviável e de custo elevado.

Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou maior clareza nas atas do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre a posição de cada membro nas votações referentes à fixação da taxa Selic. Segundo Meirelles, no entanto, as atas demonstram com clareza os motivos que orientam as decisões e as divergências.

Em resposta ao senador Renato Casagrande (PSB-ES), Meirelles disse ser inadequada a participação de nomes externos à diretoria do BC no Copom. Observou que os diretores, sejam funcionários de carreira do BC ou de fora, atuam com dedicação exclusiva na instituição. De outro modo, poderia haver conflitos de interesse e riscos de vazamento de informações privilegiadas.

Autonomia do BC

Em entrevista após a audiência, o presidente do BC disse que a instituição manterá sua autonomia no segundo mandato do presidente Lula. Quanto à escolha dos diretores do BC, Meirelles lembrou que é prerrogativa do presidente do órgão e, posteriormente, do próprio Senado. Questionado sobre o ritmo de queda do dólar, ele afirmou que a política de compra da moeda estrangeira para elevar as reservas tem tido sucesso e descartou mudanças nessa diretriz.

Presidente do BC defende CPMF e política cambial

O governo deve encaminhar medida provisória ao Congresso para propor a renovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja vigência termina em dezembro, informou ontem Henrique Meirelles, durante audiência na CAE. Segundo o presidente do Banco Central, a supressão da CPMF pode gerar grande instabilidade nas fontes de recursos necessárias ao financiamento das despesas públicas.

Ao responder ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre o impacto dos tributos no custo das

operações de empréstimo, Meirelles admitiu que a CPMF “não é dos melhores impostos”, mas classificou o tributo como eficaz, por ser de difícil sonegação. Ele também defendeu a retomada do debate da reforma para racionalizar o sistema tributário.

Questionado por José Agripino (PFL-RN) sobre os custos das intervenções do BC para compra de dólares, Meirelles admitiu que manter as reservas em aplicações seguras oferece ao país retorno inferior aos custos envolvidos no financiamento das aquisições. Porém, disse que o aumento das

reservas eleva a confiança no país, o que contribui, por outro lado, para reduzir os custos globais de captação, tanto no mercado interno quanto externo.

Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou a atuação do BC, reservando críticas ao governo pela má qualidade do gasto público, aspecto ressaltado também por Raimundo Colombo (PFL-SC) e João Tenório (PSDB-AL).

Em resposta ao senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), Meirelles descartou a possibilidade de os investimentos no PAC comprometerem o esforço fiscal.



Heráclito (C) e Azeredo (D) acompanham explicação de Roberto Abdenur na CRE

Ex-embaixador condena entrada da Venezuela no Mercosul

O ingresso da Venezuela no Mercosul, como membro pleno do grupo econômico, foi criticado ontem pelo ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos Roberto Abdenur, durante depoimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– O que se está montando na Venezuela é uma ditadura. O ingresso desse país no Mercosul é indesejável e vai alterar o jogo de poder dentro do bloco em detrimento do Brasil – disse, em resposta ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

Abdenur foi convidado a falar à comissão sobre entrevista concedida por ele à revista Veja, na qual aponta a existência de uma política antiamericanista no Itamaraty e o uso do critério ideológico para promoção de diplomatas.

Os autores do convite a Abdenur, senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), manifestaram preocupação com a suposta ideologização do Itamaraty. O ex-embaixador reafirmou que pessoas de “alta competência” teriam sido preteridas na ascensão profissional por não estarem de acordo com a nova linha do ministério.

O presidente da CRE, Heráclito Fortes (PFL-PI), sugeriu a realização de reunião secreta da comissão, mas o ex-embaixador disse não ter o que acrescentar em uma sessão fechada. Romeu Tuma (PFL-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Serys Slhessarenko (PT-MT) defenderam a manutenção da reunião aberta.

Também participaram da audiência os senadores Fernando Collor (PTB-AL), Pedro Simon (PMDB-RS), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marco Maciel (PFL-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Dornelles quer melhorar sistema de defesa comercial do Brasil

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou ontem a atuação do sistema de defesa comercial do Brasil – formado por dois colegiados – contra a inundação de produtos altamente subsidiados e com preços abaixo dos praticados no mercado de origem. Ele disse que, apesar de o sistema estar organizado na estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ainda sofre a influência de outros ministérios.

– Um órgão semelhante à Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos deve ser urgentemente constituído, substituindo os dois colegiados compostos por representantes de diversos ministérios, que julgam as pendências comerciais menos com base na legislação do comércio internacional e mais com base na política dos ministérios que representam, causando, com frequência, enormes perdas ao setor



Dornelles aponta falhas em colegiados que julgam pendências comerciais no Brasil

privado do país – assinalou.

Dornelles também defendeu a adoção de procedimentos semelhantes aos existentes em países desenvolvidos, para a imposição de direitos compensatórios ou medidas antidumping provisórias, a fim de permitir que a empresa brasileira atingida por práticas desleais de comércio possa resistir durante o processo de investigação.